

**O CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES PRIMÁRIOS DE CATALÃO  
E SUAS RELAÇÕES COM O REGIME MILITAR: CATALÃO-GO, 1965-1983**

*Center of formation of primary professors of Catalão and its relationships  
with the Military Regimen – Catalão-GO, 1965-1983*

Wolney Honório Filho\*  
Camila Aparecida de Campos\*\*

**RESUMO**

A criação do C.F.P.P.C. – Centro de Formação de Professores Primários de Catalão esteve diretamente ligada à formação de professores para atender, na época, a uma demanda reprimida de profissionais da educação, especialmente em Goiás e Tocantins. Este texto trata das relações entre o C.F.P.P.C. e o Regime Militar, especialmente de questões sobre o Estado Nacionalista, durante o período de funcionamento do Centro de Formação.

**Palavras-chave:** Centro de Formação, Regime Militar, Nacionalismo.

**ABSTRACT**

The creation of the C.F.P.P.C – Center of Formation of Primary Professors of Catalão, was directly connected on to the formation of professors to take care of, at that time, to a restrained demand of education professionals, especially in Goiás and Tocantins. This text deals about the relationships between the C.F.P.P.C. and the Military Regimen, especially on the Nationalistic State questions, during the period of functioning of the Center of Formation.

**Keywords:** Center of Formation, Military Regimen, Nationalistic.

---

\* Universidade Federal de Goiás (Campus de Catalão). Contato: whonoriof@gmail.com

\*\* Núcleo de Estudos e Pesquisa em Educação da UFG (Catalão). Contato: camilapedago@yahoo.com.br

*“toda atividade prática tende a criar uma escola para os próprios dirigentes e especialistas”*  
(Gramsci)



Figura 1. Foto de Bolsistas em Frente ao C.F.P.P. de Catalão. Arquivo NEPEDUCA – Núcleo de Estudos e Pesquisa em Educação de Catalão

O Centro de Formação de Professores Primários de Catalão – C.F.P.P.C. – teve suas atividades iniciadas em 1966, sendo oficializado em 1967. Apesar de já existirem cursos Normais e Universidades espalhadas pelo Brasil, a carência de “formação” (institucional) de professores no interior do Estado de Goiás contribuiu para a criação de quatro Educandários no interior goiano: Catalão, Morrinhos, Inhumas e outro em Tocantinópolis, atualmente estado de Tocantins.

Segundo a publicação da Secretaria Estadual de Educação o C.F.P.P.C. deveria funcionar da seguinte forma:

*À primeira etapa, que terá a duração de dez (10) meses, pelo menos, em regime de tempo integral, poderão se candidatar portadores de certificados de conclusão de cursos Secundários de primeiro ciclo, que tenham, no mínimo, dezessete (17) anos completos. À segunda etapa, que terá a duração de dois anos de prática do Magistério Primário, em Escolas do Estado, poderão concorrer, não somente, a concluintes da primeira etapa.<sup>1</sup>*

<sup>1</sup> Diário Oficial, Estado de Goiás. Goiânia, segunda-feira, 22 de agosto de 1966.

Este era o perfil das bolsistas do C.F.P.P.C., leigas, que não possuíam título de curso normal ou magistério, mas que eram professoras da rede estadual de ensino. E ainda foi possível constatar que a política de expansão do ensino era anterior ao Golpe Militar.

O espaço do atual Campus de Catalão da Universidade Federal de Goiás durante cerca de vinte anos foi a estrutura física do C.F.P.P.C., que contava inclusive com dormitórios, conforme nos conta Glória de Freitas Cordeiro:

*(...) eu dormia no quarto de três porque eu tinha bronquite alérgica e não podia dormir no quarto de trinta, eram três pavilhão de trinta (...).*<sup>2</sup>

Possuía ainda um refeitório, que também era utilizado como espaço para festas de confraternização; um Grupo de Aplicação para crianças; quadra de esportes; e um amplo espaço verde que atualmente não se encontra mais, pois as árvores foram derrubadas<sup>3</sup>.

Esta análise do passado escolar do Centro de Formação envereda pela busca dos significados das suas relações com o militarismo da época. Segundo Hobsbawm,

*O passado é, portanto uma dimensão permanente da consciência humana, um componente inevitável das instituições, valores e outros padrões da sociedade humana. O problema para os historiadores é analisar a natureza desse “sentido do passado” na sociedade e localizar suas mudanças e transformações (Hobsbawm, 1998: 22).*

Hobsbawm discute sobre as restaurações efetiva e simbólica. A efetiva seria, por exemplo, a restauração de prédios destruídos pelo tempo ou por conflitos, sendo que o autor cita o caso da 1ª Guerra Mundial; e a restauração simbólica quando se busca restaurar as tradições, religiões, etc. Hobsbawm nos faz um alerta sobre o que pode ocorrer nestas restaurações, tanto efetivamente como simbolicamente, pois o indivíduo passa a querer implementar novamente as características do passado. Isto está presente nas falas da ex-diretora do Centro de Formação, Suely da Paixão, que afirma que a educação por ela administrada era de melhor qualidade que a atual. O mesmo ocorre na entrevista com o memorialista Antônio Chaud<sup>4</sup>.

É de se supor que com uma presença contextual do Centro de Formação durante todo o Regime Militar, houve relações entre as práticas educativas cotidianas do C.F.P.P.C. e o modo como este Regime se organizou neste país. Quais eram e como se caracterizavam estas relações?

A criação do C.F.P.P.C., esteve diretamente ligada à formação de professores para atender, na época, a uma demanda reprimida de profissionais da educação, especialmente em Goiás. Neste processo, como se deu a relação com o Estado Nacionalista?

<sup>2</sup> Entrevista realizada na cidade de Goiânia – GO com uma ex-aluna da turma de 1971.

<sup>3</sup> Sobre o dia a dia do Centro de Formação ver: Honório Filho, Wolney. “O ordinário e o extraordinário na formação de professores no interior de Goiás”. *Dimensões: Revista de História da UFES*. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, nº 15, pp. 135-150, 2003.

<sup>4</sup> Literato, ex-professor do C.F.P.P.C.

Lucineide Silva Luiz Mesquita, em sua monografia de final de curso intitulada *A Influência do Regime Militar na Educação* investiga essa relação entre educação e Regime Militar. A pesquisadora no início de sua monografia já pontua que encontrou dificuldades na coleta de documentos na Delegacia Regional de Ensino de Catalão:

*Nesta Delegacia, ao informar o assunto que iria pesquisar, disseram-me para procurar o Sr. Ari na sala de inspeção. No entanto, este me informou que não existia o Arquivo Morto, local onde estariam guardados os documentos referentes a períodos anteriores, pois os mesmo haviam sido transferidos para Goiânia. Afirmou também que os documentos aos quais eu me referia deveriam ter sido incinerados, pois o Estado incinera documentos com mais de cinco anos de existência (Mesquita, 1999: 11).*

Porém, através de um amigo, Mesquita ficou sabendo que existia um arquivo na cidade da rede estadual de educação e lá encontrou ofícios, atas e relatórios de 1964 a 1970<sup>5</sup>.

A autora aponta a sua estratégia de compreensão de escola, enquanto Instituição de Ensino:

*Para compreender a escola e a relação que estabelece com o Estado, será analisada sua importância enquanto um dos mecanismos utilizados pelo Estado para construir e manter sua hegemonia. Nesse sentido, a escola será reestruturada e reorganizada pelo Estado, e acabará servindo como seu Aparelho Ideológico no processo de estabelecimento do Regime Militar (Mesquita, 1999: 15).*

Mesquita colabora com a discussão, uma vez que busca a relação através dos documentos oficiais do Estado, retirados do arquivo morto. Porém, em nossa pesquisa, julgamos necessários buscar novas fontes.

A escola é um espaço de idéias, composta por sujeitos pensantes. Antonio Gramsci (s/d), em *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*, aborda a função do intelectual na sociedade, pontuando que o intelectual orgânico é aquele que defende suas ideologias, de forma que a escola seria moldada com esse fim, ou seja, servia como um aparelho ideológico.

Segundo Portelli, em *Gramsci e o Bloco Histórico*, a escola juntamente com outras instituições sociais como a igreja e a maçonaria constituem a sociedade civil, que por sua vez pode ser considerada sob três aspectos complementares:

- Como ideologia da classe dirigente, ela abrange todos os ramos da ideologia, da arte à ciência, incluindo a economia, o direito e etc.;
- Como concepção de mundo, difundida em todas as camadas sociais para vinculá-las à classe dirigente (...);

---

<sup>5</sup> Neste mesmo local foram encontrados outros documentos referentes ao C.F.P.P.C.

— Como direção ideológica da sociedade, articula-se em três níveis essenciais: a ideologia propriamente dita; a “estrutura ideológica” — isto é, as organizações que a criam e difundem —, e o “material” ideológico, isto é: os instrumentos técnicos de difusão da ideologia (sistema escolar, massa média, bibliotecas etc.) (Portelli, 1977: 22).

Somente com a difusão da ideologia dominante, ou seja, a busca pela hegemonia, é que a classe dominante continua no poder. Para promover esse consenso a superestrutura utiliza-se do “material ideológico” (sistema escolar). Gramsci (s/d) considera que a instrução não é a educação e, conforme Portelli, Gramsci considera que a consciência da criança não é individual, mas é fruto do que foi adquirido nas suas relações sociais e na sociedade civil de que participa, incluindo aí a escola.

O autor considera também que apesar da coerção, para uma determinada classe (ou categoria em benefício de uma classe) chegar ao poder, é necessário que outras classes sociais lhe dêem sustentação. No caso do Brasil nos anos 60, devido à grande ascensão das massas através de inúmeros movimentos sociais que reivindicavam reformas de base (agrária, habitacional, educacional e etc), juntamente com o caráter “progressista” de João Goulart, a classe burguesa, proprietária dos meios de produção, portanto contrária à ascensão dos movimentos populares (proletário, camponês e estudantil), foi quem deu sustentação à Revolução de 1964.

Caio Navarro Toledo (1992: 120) em *O Governo Goulart no Golpe de 64* nos coloca que,

*(...) impuseram ao país uma nova ordem político-institucional com características crescentemente militarizadas. As reformas exigidas pelo capitalismo brasileiro seriam agora implementadas (...), as classes dominantes através do estado burguês militarizado optariam pela chamada “modernização conservadora”, excluindo, assim, as classes trabalhadoras e populares da cena política.*

Durante este período, os principais marcos ditatoriais na educação foram: a influência do Ato Institucional Nº 5<sup>6</sup>, considerada a lei mais repressiva do estado, e, a inclusão no currículo escolar das disciplinas: EMC (Educação Moral e Cívica), OSPB (Organização Social e Política Brasileira) e EPB (Estudos dos Problemas Brasileiros)<sup>7</sup>.

O Golpe Militar tornou-se não apenas um novo Regime no Brasil, mas de certa forma, tornou-se um mito, influenciado, principalmente, pela política totalitária que os cidadãos receberam. Sobre essa transformação em mito é possível dizer que:

<sup>6</sup> Segundo Elio Gaspari, o AI5 deu ao Presidente poder total para perseguir e reprimir as oposições. Podia decretar o estado de sítio, intervir nos Estados e Municípios, cassar mandatos, suspender direitos políticos, demitir funcionários públicos e confiscar bens. No período fechou-se o congresso nacional e cassou mandatos de centenas de parlamentares e prefeitos, além de afastar quatro ministros do Supremo Tribunal Federal (GASPARI, 2002).

<sup>7</sup> Lei nº. 5962/71 de 11 de agosto de 1971: “Art. 7º Será obrigatória a inclusão de Educação Moral e Cívica, Educação Física, Educação Artística e Programa de Saúde nos currículos plenos dos estabelecimentos de 1º e 2º graus, observado quanto à primeira o disposto no Decreto-lei no 869, de 12 de setembro de 1969. Parágrafo único. O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais dos estabelecimentos oficiais de 1º e 2º graus.

*... estes cidadãos ao identificarem com esta construção, absorvem o pensamento mítico e colaboram para a sua permanência; o mito quando politicamente instrumentalizado, adquire dimensão ideológica* (Arruda, 1990: 198).

Assemelhando-se ao fascismo europeu, o Regime Militar, ao incorporar-se enquanto ideologia passou a ser concebido como positivo, e um movimento que inicialmente provocou pouca resistência das massas, sendo erguido principalmente em nome do nacionalismo que seria a: “Atitude política que exaltando o valor da independência nacional, se opõe aos elementos que a impedem, a ameaçam ou com ela se chocam” (Schawartzman, s/d: 71).

O nacionalismo está presente no cotidiano do C.F.P.P.C., nas passeatas de comemoração, das quais o educandário participou (veja foto abaixo), na construção do Centro Cívico “Duque de Caixas”, e nos livros didáticos utilizados nas aulas no Grupo de Aplicação.



Figura 2. Desfile Cívico. Arquivo NEPEDUCA – Núcleo de Estudos e Pesquisa em Educação de Catalão

O nacionalismo presente neste contexto (1964 a 1983), não era isolacionista, não recusava o capital estrangeiro, pelo contrário, foi um dos momentos em que o Brasil aprofundou os empréstimos externos. Há de se distinguir este ponto, o que o nacionalismo prega é o desenvolvimento nacional. Para tanto a ajuda estrangeira seria necessário

uma vez que o Brasil se encontrava em “período” de industrialização, e precisava de tecnologia que ainda não possuía.

Assim, o capital estrangeiro passa a ser um bem necessário:

*Reduzir a posição nacionalista à hostilidade contra o capital estrangeiro só pode ser produto da ignorância ou da má fé. Produto será, também, dos interesses que, ligados às formas colonizadoras da exploração econômica, não querem que o Brasil se olhe com seus próprios olhos, se reconheça, se defina e se encontre a si mesmo (Schawartzman, s/d: 82).*

Este nacionalismo está fortemente presente nos Livros didáticos<sup>8</sup>. Estes livros apresentam características semelhantes, tais como a família patriarcal, a mãe que é dona de casa. Porém, o que chamou a atenção foi o volume de imagens militaristas nas ilustrações. Eram guardas de trânsito, soldados, e até mesmo existe um desenho de um garotinho com um chapéu da Marinha (livro nº 20 p. 66). As datas comemorativas do Brasil, principalmente referentes à pátria e à bandeira, vêm sempre acompanhadas de frases como “*Se cada soldado quiser Caxias sempre imitar É só cumprir o dever ‘Pelo Brasil Trabalhar’*” (livro nº 39). Há fotos de soldados sempre acompanhados de bandeiras. O Duque de Caxias é visto como um grande colaborador para o progresso da pátria. Inclusive, é bom salientar, que este era o nome do Centro Cívico dos estudantes do C.F.P.P.C.

O nacionalismo aparece explicitamente através de textos, figuras da bandeira e exaltado em datas comemorativas. Sobre as datas comemorativas notamos que há uma insistência para que a criança incorpore noções de ordem e progresso. Nesse caso, vamos apresentar um texto do livro nº39 sobre o trabalho:

*1º de maio  
Dia do Trabalho  
Quer decorar?  
Feliz quem pode, orgulhoso  
Dizer: Nunca fui vadio.  
E se hoje sou venturoso  
Devo ao trabalho o que sou! (Livro 39 p.61).*

A página que contém essa e outras cantigas “quer decorar” possui margem verde e amarela e exalta os “heróis nacionais”, como Tiradentes que seria “*vivo padrão de bravura*” (livro nº 39, p. 61). No livro nº 20 o militarismo e o nacionalismo estão presentes em quase um terço das páginas. Este livro inicia com um prefácio falando da alteração da lei de 1971:

<sup>8</sup> Ao analisar os Livros Didáticos do Centro de Formação, buscamos aqueles catalogados do recorte temporal de 1970 a 1980, pois em 1968 foi editada a Lei nº 5540/68 e em 1971 foi editada a Lei nº 5692, de 11 de agosto de 1971 que propôs Reformas nas Diretrizes de Ensino do Brasil, e incluiu no currículo Disciplinas como: EMC – Educação moral e cívica, OSPB – Organização Social e Política Brasileira, e EPB – Estudos dos Problemas Brasileiros.

### PREFÁCIO

*A Mágica do Saber. Elaborada com o objetivo de bem servir a Criança e colaborar com o trabalho do Professor, sofre, agora, sensíveis alterações para atender às diretrizes da Reforma do Ensino, Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971 (Livro nº 20, p. 03).*

A princípio, este prefácio parece ser um simples informativo das mudanças ocorridas em relação às edições anteriores, porém trata-se mais do que isso, o que se verá na continuação do Prefácio:

*Como já foi dito, repetidas vezes, em Prefácios anteriores de A Mágica do Saber, “A Educação, através dos tempos, sofreu, e sofre ainda, profundas modificações... “Assim sendo, o Livro Didático, valioso auxiliar da Educação, teria que evoluir também”. Essas observações, por nós registradas, justificam o carinho e o zelo com que aperfeiçoamos nossa obra, no interesse da CRIANÇA (idem).*

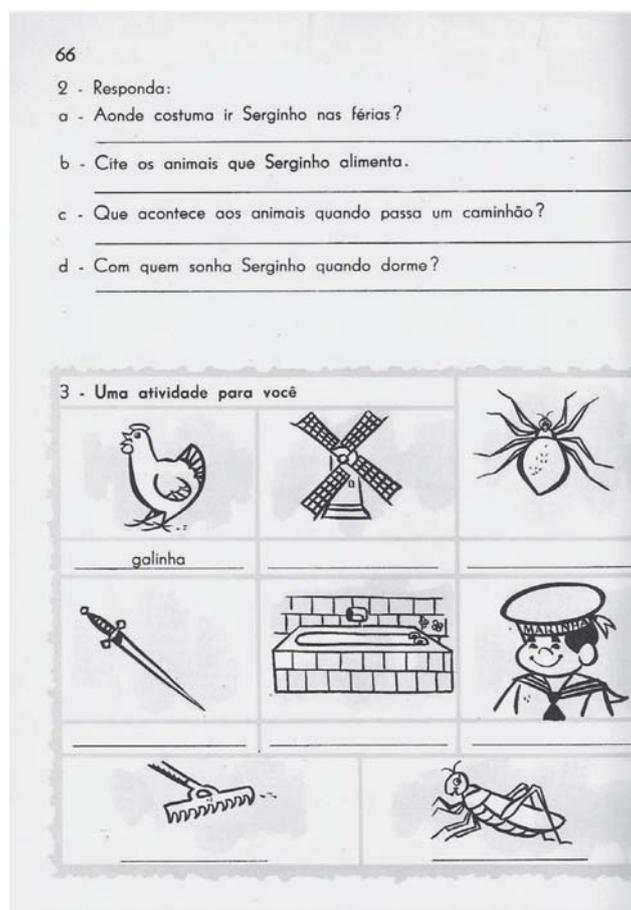


Figura 3. Arquivo NEPEDUCA – Núcleo de Estudos e Pesquisa em Educação de Catalão

Partindo do princípio de que a escola ajuda na construção da sociedade, que há uma hegemonia a ser repassada, este prefácio se demonstra bem mais que uma informação

de alteração. Na primeira parte do Prefácio, as autoras citam: “*sofre, agora*”, o que a partir desta afirmação, conclui-se que há uma imposição. Com a lei da repressão, camuflam a idéia de imposição: ‘**por nós registradas**’, inclusive utilizando o negrito para grifar. E ainda complementam com a idéia de que a Reforma Educacional de 1971 é feita em defesa da criança e não como agente de coerção para legitimação de um Regime Ditatorial.

Outro documento analisado que faz referência ao nacionalismo presente no C.F.P.P.C. é o documento 1 – 15, “*Objetivos do ensino de estudos sociais na escola*”, que segundo o texto, esse objetivo seria “*contribuir para a formação do cidadão ideal*” que seria aquele “*que contribui efetivamente na obra do bem comum, concorre para o fortalecimento da Unidade Nacional e da solidariedade humana*” (1–15).

O militarismo é encontrado no livro nº 20 com dezenas de figuras de diferentes tipos de militares do Brasil, juntamente com textos exaltando a pátria e mostrando a necessidade de ser um patriota. No livro existe um personagem presente em quase todas as histórias, um garoto de aproximadamente 6 a 8 anos, a idade das crianças para quem o livro é destinado. O texto, *O amigo dos animais*, merece especial destaque tanto pelo seu conteúdo como pelas suas ilustrações.

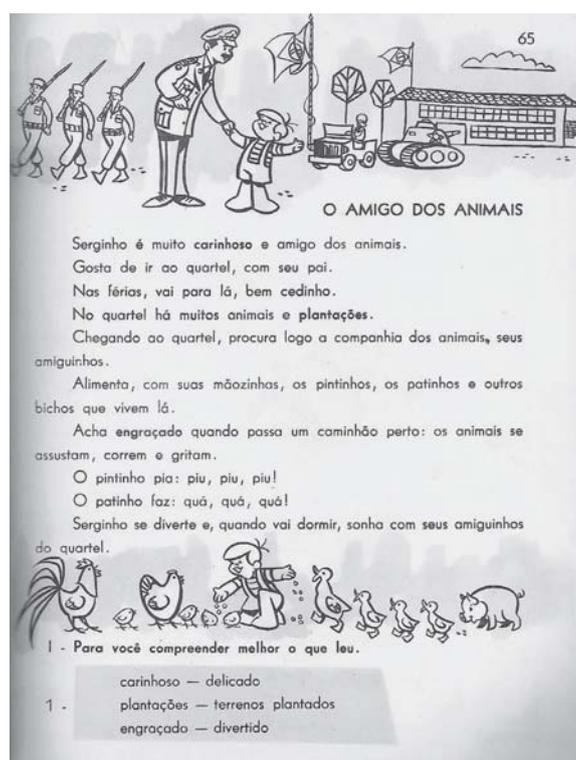


Figura 4. Arquivo NEPEDUCA – Núcleo de Estudos e Pesquisa em Educação de Catalão (Livro nº 20, p. 64)

O texto *O amigo dos animais*<sup>9</sup> mostra uma realidade fantástica do cotidiano dos

<sup>9</sup> As palavras em negrito fazem parte de um exercício de compreensão que vem logo depois o texto, na mesma página.

quartéis. Em ambientes tensos como quartéis é improvável que exista criação de patos e galinhas uma vez que o objetivo do quartel é a formação de quadros para compor a defesa nacional. Mas a tentativa de militarização nas escolas faz com que o Estado, através da autora, utilize dos livros didáticos para tentar promover um consenso de que os militares são legais e que cumprem sua função de proteção, acessível a todos, inclusive crianças.

O patriotismo encontrado, representado por bandeiras do Brasil espalhadas no decorrer dos livros, é tema principal de dois textos do livro nº 20, sendo o primeiro intitulado *O pequeno patriota* e o segundo *Bandeira do Brasil*. O primeiro texto narra um diálogo entre pai e filho, sendo o filho o mesmo personagem do texto citado acima em que o pai pega um mapa da América do Sul e questiona o menino onde está o seu país e este responde “*Está todinho aqui, dentro do meu coração*” (livro nº 20, p. 87). E, no primeiro parágrafo do texto, consta que ele “*tem seis anos, mas é um patriota*” (idem).

No livro de nº 39 encontramos um texto que a princípio parece se tratar de uma metáfora em relação ao autoritarismo. Trata-se de uma estória em que garotos escolhem suas profissões e um deles decide por ser guarda de trânsito de rua. Porém, ele admite que não cumpre as leis de trânsito e o seu colega questiona “*Isto é certo ‘Senhor Guarda’?*” (p. 40).

Na página 42, o que é provável é uma crítica à guerra na conversa entre pulgas:

(...) *Os homens são muito inteligentes! Inventaram foguetes, satélites, etc.*

— *É pena que também fizeram remédios para acabar com a nossa raça, não é?* (Livro nº 39, p. 42).



Figura 5. Arquivo NEPEDUCA – Núcleo de Estudos e Pesquisa em Educação de Catalão

Outro fato curioso deste livro é a parte considerada patriota, ou melhor, com características do herói nacional, e como as margens em verde e amarelo são separadas do restante do livro, como se fossem anexos.

O autoritarismo é outro tema relevante. Segundo Davi, “*Os governos militares, no intuito de buscar efetivar sua legitimação histórica, faziam uma ligação direta com o período de Vargas, julgando-se herdeiros políticos deste*” (2002: 25).

Este aponta um critério para a análise dos documentos e livros didáticos: saber identificar metáforas para que não houvesse censura: “... viu surgir um traço estilístico peculiar, no qual todos falavam ‘indiretamente, por parábolas e por fábulas’” (2002: 31). As metáforas também foram encontradas nos documentos do C.F.P.P.C.<sup>10</sup> E ainda, Davi nos fala da influência norte americana, uma vez que devido aos empréstimos, o Brasil tinha que fazer concessões a tal país, fato também verificado em documentos da Secretaria Estadual de Educação.

A memória é outro forte instrumento para compormos esta análise. Principalmente, a memória involuntária, que:

*Mostra um mundo memorial guardado no esquecimento, prestes a se revelar, a mostrar o peso das lembranças, também pessoais e coletivas, apropriadas pelo indivíduo a partir de um repertório ampliado, coletivamente tecido* (Pinto, 1998: 209-210, apud. Freitas: 42).

Essa memória coletiva somente se sustenta a partir da existência de grupos. Assim, a lembrança além de reconstrução também é um elo com o seu passado. Não existe memória exclusiva do indivíduo, mas não se deve esquecer que apesar disto, o suporte da memória coletiva é o indivíduo.

Segundo Ferreira:

*O testemunho oral representa o núcleo da investigação, nunca sua parte acessória; isso obriga o historiador a levar em conta perspectivas nem sempre presentes em outros trabalhos históricos, como por exemplo, as relações entre escrita e oralidade, memória e história ou tradição oral e história* (Ferreira, 1996: XIV).

A princípio, é possível verificar que algumas interpretações possuem semelhanças com os Livros didáticos e com os documentos, como por exemplo, o fato do C.F.P.P.C. ser comparado a um quartel, como descrito por M. H.<sup>11</sup>: “(...) o Centro de Formação era um quartel (...)”. Tal entrevistada fazia este paralelo devido à imposição de valores que era feita dentro do educandário, onde se devia falar bem, na norma culta, ou “(...) seria punido severamente (...)”. Algumas entrevistadas comentavam esta punição, porém, ao serem questionadas sobre essa prática não havia uma resposta objetiva, alegavam ser punições na

<sup>10</sup> Consideramos metáforas como: tropo em que a significação natural de uma palavra é substituída por outra, por virtude de relação de semelhança subentendida (Fonte: <http://www.priberam.pt/dlpo/dlpo.aspx>).

<sup>11</sup> Esta entrevista foi feita com três ex-alunas ao mesmo tempo M. H. R., E. P. V e E. P. S., em 03/04/2001.

avaliação de final de curso.

Outra entrevistada, E. P. V., que estudou em 1972, concorda que era um quartel, mas segundo ela, isso ocorria porque o C.F.P.P.C. deveria seguir as normas que lhe eram impostas. Já E. P. S. de forma segura afirma que era sim um quartel, onde “(...) *tinha roupa e cabelos vistoso (...)*” e como todo quartel tinha seu chefe<sup>12</sup>. Percebe-se também nas entrevistas que era prática hastear a bandeira e cantar o Hino Nacional, características de reverência à pátria.

As ex-alunas entrevistadas, sem exceção, mesmo com as críticas a alguns aspectos do educandário, não se conformam com seu fechamento, em 1983. Como exemplo, podemos citar a fala da ex-aluna Ilma de Melo Ayres, que posteriormente se tornou professora, que considera em sua entrevista feita em 09/04/2001 que “(...) *o Centro de Formação não podia ter terminado (...)*”.

De maneira geral, o Centro de Formação manteve um programa próximo a ideais americanos, o que ressalta uma relação de concessões do Brasil para com a América do Norte.

Sobre as concessões que o Brasil era obrigado a dar aos Estados Unidos da América, encontramos um vestígio das mesmas no Estado de Goiás. O documento 1 – 32 “*Objetivos Educacionais – Texto X. Comissão Estadual de Currículo – Janeiro / 1973 – Goiânia*”, diz basear-se em estudos norte-americanos, e seu objetivo é atingir metas:

*3 – Programas planejados para incentivar valores morais, éticos e espirituais.*

*4 – Educação vocacional adaptada às habilidades de cada aluno e às necessidades da comunidade e da nação.*

*5 – Cursos designados para ensinar artes domésticas.*

(...)

*13 – Programas planejados para promover a vida em família (1 – 32).*

Dois pontos merecem destaque: o primeiro é o fato de o documento ser da Secretaria Estadual de Educação, o que sugere, a princípio, que a ditadura, em poucos anos, se tornou cotidiana no Estado de Goiás. E o segundo ponto, é a influência norte-americana na educação brasileira/goiana. Existiu uma determinada imposição das Potências Internacionais, no caso, Estados Unidos, pois o documento não trás estas afirmações citadas anteriormente enquanto sugestões, mas sim enquanto objetivos a serem cumpridos.

Enfim, os resultados obtidos a partir da análise das fontes demonstram que realmente existiram relações entre o C.F.P.P.C. e o Regime militar, verificadas através dos documentos de cursos feitos por docentes e supervisores, além de modelos norte-americanos que deviam ser implantados no Brasil<sup>13</sup>.

<sup>12</sup> Faziam referência à Diretora do Centro de Formação, chegando a expressar “(...) *a Suely era Hitler (...)*”. A comparação de Suely a tal ditador nazista sugere o caráter de uma liderança autoritário semelhante à daquela época, própria de quem ocupava cargos importantes.

<sup>13</sup> Como o que foi citado no documento: *Objetivos Educacionais – Texto X. Comissão Estadual de Currículo – Janeiro/1973 – Goiânia*.

Com a análise da documentação é possível dizer que por ser um objeto pouco estudado, ou melhor, que nunca foi especificamente estudado, há muitos detalhes ainda a serem desvendados.

### Considerações finais

Se a princípio verificava-se uma forte inclinação a relacionar o regime com as práticas do C.F.P.P.C. focalizando sua abertura e seu fechamento com o início do Golpe e fim do Regime Militar, no decorrer da pesquisa foi possível diferenciar ideologia de ciência. Acreditamos que há ainda muito que se revelar sobre esta relação entre o Regime Militar e a educação no interior do país. Notadamente existiam aspectos militares impostos no cotidiano do C.F.P.P.C. como desfiles, cumprimento de horários e o próprio regime de internato, e através das secretarias de educação, de onde se originavam a maioria das normas do C.F.P.P.C.

Mas, podemos afirmar, por fim, que a abertura do C.F.P.P.C. em Catalão, assim como em Morrinhos, Inhumas e Tocantinópolis, faz parte de uma política de interiorização da formação de professores no Estado de Goiás, que, segundo CANEZIM (1994) foi implementada de forma tardia, em comparação aos outros estados brasileiros.

A abertura e funcionamento do C.F.P.P.C teve como finalidade a formação de professores no interior do Estado de Goiás, mas, com a instauração do Regime militar, este educandário incorporou sua política.

Por fim, há muito que ser desvendado no C.F.P.P.C., e diversas possibilidades metodológicas que podem ser aproveitadas para que se faça essa reconstrução. Há muitos documentos que estão espalhados por escolas estaduais e arquivos em Catalão – GO e na capital Goiânia, que devem ser recolhidos.

### Referências

- ARRUDA, Maria A. do Nascimento. *Mitologia da Mineiridade*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1990.
- CANEZIM, Maria Teresa e LOUREIRO, Walderês Nunes. *A Escola Normal em Goiás*. Goiânia: Editora da UFG, 1994.
- DAVI, Tânia Nunes. Memórias do Cárcere: O livro e o filme: Representações do Autoritarismo Brasileiro no Século XX. In: *OPSI* – Revista do NIESC: Dossiê: Vozes, imagens e memórias. UFG/CAC, V2, N2, Jul/Dez, 2002, p. 35-47.
- FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (coord.). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- FREITAS, Eliane Martins. História, Memória e Esquecimento no filme *Uma Cidade Sem Passado*. In: *OPSI* – Revista do NIESC: Dossiê: Vozes, imagens e memórias. UFG/CAC, V2, N2, Jul/Dez, 2002, p. 48-57.

GASPARI, Elio. *A Ditadura Envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GRAMSCI, Antonio. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. São Paulo: Círculo do Livro, S/A, s/d.

HOBBSBAWM, E. J. *Sobre a História*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

HONÓRIO FILHO, Wolney. “O ordinário e o extraordinário na formação de professores no interior de Goiás”. *Dimensões: Revista de História da UFES*. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, nº 15, p. 135-150, 2003.

MESQUITA, Lucineide Silva Luiz. *A Influência do Regime Militar na Educação*. Catalão: UFG/CAC, 1999 (Monografia).

PINTO, Julio Pimentel. Os muitos tempos da memória. In: *Revista Projeto História*. Vol. 17. São Paulo: EDUC, Nov, 1998.

PORTELLI, Alessandro. *O que faz a história oral diferente*. São Paulo: EDUC, 1997.

PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o bloco histórico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

SCHAWARTZMAN, Simon. *O Pensamento Nacionalista e os “Cadernos de Nosso Tempo”*. Brasília: Editora da UNB, S/d.

TOLEDO, Caio Navarro. *Governo Goulart e o Golpe de 64*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1992.

## Fontes

### **Livros Didáticos (Acervo NEPEDUCA)**

#### Primeira série:

FONSECA, Thereza Neves da & MAGALHÃES, Icles Marques. *A Moderna Mágica do Saber*. Série Cadernos Didáticos, S/d.

#### Segunda série:

JACI, Lena. *Gente Nova*. 2ª Série 1º Grau, Comunicação e expressão. São Paulo. Ed. do Brasil, 1975.

ALMEIDA, Doracy de Paula Faleiros de. *No reino da alegria*. Nº 2. Editora IBEP, Vol. 2, s/d.

#### Terceira série:

FONSECA, Thereza Neves da &, e MAGALHÃES, Icles Marques. *Atividades de linguagem*. Meu Companheiro. 3ª. série do 1º grau. Exemplar do professor. Série Cadernos Didáticos, s/d.

Quarta série:

NEVES, Déborah Pádua Mello. *Vamos conhecer o Brasil*. Estudos Sociais, Ciências e saúde. 4ª. Série. Editora IBEP, S/d.

AVILEZ, Tito; BLOIS, Marlene & Vilez, Vera. *Sempre Aprendendo*. 3ª. edição Bloch Editores – MEC, 1972.

**Documentos escritos (Acervo NEPEDUCA)**

1 – 05 – Análise da Educação Brasileira e Educação para Planejamento. Candido Procópio Ferreira de Camargo – Belo Horizonte – 14/03/67.

1 – 15 – Objetivos do Ensino dos Estudos Sociais na Escola Primária – Francisca Alba Teixeira – 1966.

1 – 19 – Orientação para a Discussão do Grupo – Projeto MEC / Unicef / Unesco – Goiânia – 1972.

1 – 20 Tipo Autoritário – Tipo Democrático – Eleonora e Neuza – de 14/04/65 à 23/06/66.

1 – 32 – Objetivos Educacionais n- Texto X. Comissão Estadual de Currículo – Janeiro / 1973 – Goiânia.

3 – 2 – Roteiro de Treinamento de Supervisores Pedagógicos (Secretaria da Educação e Cultura – Coordenação de Planejamento Educacional e Cultura – Centro de Treinamento e Formação de Pessoal – Goiânia, janeiro de 1973).

3 – 5 – Questionário de Avaliação do Seminário do Guia Curricular (Secretaria da Educação e Cultura – Coordenação de Planejamento Educacional e Cultura – Centro de Treinamento e Formação de Pessoal – Comissão Estadual de Currículo – Julho de 1973).

3 – 6 – Ficha de Avaliação Individual (Secretaria da Educação e Cultura – Coordenação de Planejamento Educacional e Cultura – Centro de Treinamento e Formação de Pessoal – 17/01/1973).

3 – 10 – Guia Curricular de Estudos Sociais (1ª. a 8ª. séries) (Secretaria da Educação e Cultura – Coordenação de Planejamento Educacional e Cultura – Centro de Treinamento e Formação de Pessoal) (nº 10).

Recebido em Fevereiro de 2007  
Aprovado em Abril de 2007